



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2811/2019

Aos vinte três dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Marcelo Hansen (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2808/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheiros, vamos ocupar seus lugares, por favor. Está um pouco atrasado, 10 minutos. Temos hoje quatro processos em pauta, dois novos. 2. **VOTAÇÃO DA ATA Nº 2808/2019**. Passamos, então, à votação da Ata 2808/2019. Votos favoráveis. (Contagem de votos = 13 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **APROVADAS A ATA**. Conselheiro Felisberto, antes de a gente iniciar o processo da pauta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**: Boa tarde a todos e a todas. Eu queria solicitar inversão de pauta, o período de Comunicação em primeiro, até porque normalmente a gente deixa sempre a comunicação para o final e às vezes não dá tempo. Então, eu queria solicitar a inversão de pauta, que a gente possa fazer a comunicação antes. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**



Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Colocamos em votação a inversão da pauta para o período de comunicações. Favoráveis à inversão? (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários à inversão? (Contagem de votos = 04 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** Então, abrimos o período de comunicação. **4. COMUNICAÇÕES.** Vamos nos atentar bastante ao tempo para a gente poder cumprir com aquele prometido, da finalização até às 20 horas, a gente vai fazer o controle bem efetivo aqui. Inscritos: Conselheiro Felisberto, Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para comunicar, eu aqui represento a ABES, mas a gente também atua na AGAPAM, a ABES também está fazendo essa discussão, eu saio daqui e vou para o debate que está ocorrendo na cúpula central da engenharia mecânica da UFRGS sobre o projeto de licenciamento de uma megamineração aqui há 20 Km de Porto Alegre, no Município de Eldorado. Eu estou trazendo aqui o debate, lógico, provavelmente a gente vai sair daqui e o debate já vai estar no final, não vai dar muito como acompanhar. É um tema que eu acho que seria interessante Porto Alegre enfrentar, essa megamineração, são muitos hectares para a exploração a céu aberto do carvão. COPELMI que é a empresa responsável, empresa renomada em nível estadual, uma empresa séria, competente, mas ser competente às vezes não é o suficiente, porque é um risco muito elevado, risco para o abastecimento de água da Cidade de Porto Alegre, que a gente está constantemente aqui falando que temos problemas no abastecimento, dificuldade de abastecimento. E é uma exploração que vai ser a beira do rio Jacuí, qualquer acidente que possa ocorrer pode prejudicar o abastecimento de água da cidade e a utilização vai ser para a queima, com gaseificação do carvão. Para quem conhece um pouquinho o nosso carvão, o nosso carvão é 60% de cinza, por mais que se beneficie não se consegue fazer uma remoção total e com altos teores de enxofre. Então, o que está sendo levantado exatamente é a preocupação com a baixa de qualidade. A Cidade de Eldorado, a gente já tem o relato de que arquitetos e engenheiros já estão pedindo para sair da cidade, porque o número de projetos que era de uma cidade que está se caracterizando por condomínios, e os projetos já estão começando a desaparecer, porque ninguém quer montar um condomínio do lado de uma mina de carvão ou de uma gaseificadora de carvão, e atinge fortemente a Cidade de Porto Alegre. Então, acho que seria interessante os conselheiros aqui, enquanto representantes da população de Porto Alegre, se preocuparem com esse tema também. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Um Aparte dentro da tua fala, Darci. Na segunda-feira retrasada teve uma audiência pública na Câmara de Vereadores, promovido por um vereador, eu até tinha colocado na agenda para ir e não pude ir. O que eu sugiro, a partir da tua conversa que tu vais ter hoje, Darci, de repente trazer ao Conselho uma palestra, uma conversa maior sobre essa questão, porque está pipocando muito na internet uma série de informações, aquelas coisas bem “internetiana” mesmo, que a gente não sabe se leva a sério ou não. Parece que a matéria é muito séria e eu acho que realmente deveria vir até este Conselho com uma palestra bastante qualificada e nos esclarecendo, com um profissional da área e comprometido com a questão da saúde pública e do bem estar da população. Seria essa sugestão a sugestão, Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Inclusive, o debate hoje começa com um médico pneumologista e depois vai uma pessoa, um fiscal da parte tributária, também não sei exatamente, estou curioso para ver o que diz o fiscal da parte tributária. A visão que a gente pode trazer da ABES, no sentido de que a empresa é séria, é comprometida com as



questões ambientais, mas o risco ambiental é muito grande e o risco de mexer, porque é um megaempreendimento ao lado de 5 milhões de população, aqui da nossa região metropolitana. A ACESSO ontem inclusive coordenou uma mesa no Congresso de Antropologia, que está tendo na UFRGS, eu acompanhei com as comunidades envolvidas. São quatro ou cinco comunidades indígenas que vão ser realocadas. O Rio Grande do Sul é o maior produtor mundial de arroz orgânico, ali também inviabiliza metade dessa produção, porque metade é em Eldorado e a outra metade em Viamão. Essa produção ali fica inviabilizada. Então, é complicado, porque é um bom empreendimento, mas os impactos possíveis, aí a gente na área ambiental tem que trabalhar com o conceito da precaução e nos recomendam a não fazer esse empreendimento. **Hermes de Assis**

Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –

SAERGS: Boa noite. Na verdade, eu trago um alerta. Para facilitar para a taquigrafia eu escrevi e depois eu passo. Trata-se de encaminhamento do Prefeito a Câmara Municipal de Porto Alegre-CMPA, através do Of. 630 de 22 de julho de 2019, de Projeto de Lei Complementar do Executivo-PLCE, que cria o Comitê Geral de Avaliação de Metas e Produtividade (CGAMP), responsável pela avaliação e aferição de metas e indicadores de gratificações aos servidores. O SAERGS vem registrar sua preocupação, a partir de vários comunicados dos arquitetos e urbanistas servidores desta PMPA. Não se trata de questionar o CGAMP, mas sim sua composição, unicamente constituída de “indicados do Prefeito”, o que na prática o tornará um verdadeiro comitê de inquisição, sem nenhuma possibilidade de contraponto e/ou defesa. Restringe ou praticamente acaba com a possibilidade dos bons servidores que não estejam alinhados ideologicamente com o governo almejem conquistas funcionais e/ou gratificações, única exceção àqueles servidores que “digam amém” a todos os atos e desmandos destes ou de futuros governantes. Um Comitê de Avaliação, pode e deve funcionar, desde que tenha uma constituição equilibrada entre avaliados, avaliadores e a participação da comunidade. A proposta do atual Governo Municipal, vai ao encontro da política implantada pelo Governo Federal de atacar as estruturas constituídas e em especial os servidores de carreira, enfraquecendo-as e desestruturando-as, para posterior privatização ou controle de forma totalitária. Além disso, caracteriza um patrulhamento ideológico, pois é evidente que somente os servidores que se declararem e agirem ideologicamente alinhados ao “governa da vez”, serão contemplados com estes benefícios, assim como aconteceu recentemente com o famigerado “Banco de Talentos”. Eu gostaria só gostaria de esclarecer isso, que é um apelo muito grande dos funcionários, isto entre os servidores é uma bomba. Atualmente existe um comitê que é, não sei se tripartite, mas tem a participação dos funcionários que são eleitos. Eu não estou falando deste governo, é para qualquer governo, futuros e qualquer partido. Tiveram um comitê nomeado pelo prefeito, que vira um comitê de avaliação de desempenho e isso vira um patrulhamento. É muito grave do nosso ponto de vista. Isto é mais uma das várias denúncias, das dezenas, centenas de denúncias que o SIMPA e o sindicato vem trazer, que termina refletindo no enfraquecimento das estruturas, o abandono, um desserviço para a população de Porto Alegre; pois os funcionários terminam se desmotivando, se desiludindo, etc., etc. Obrigado, Secretário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Vou dar um informe em relação ao Minha Casa Minha Vida entidades, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, que reeditou a Resolução nº 221, que é sobre o plano de metas e diretrizes gerais para aplicação de recursos alocados junto ao Fundo de Desenvolvimento Social, Minha Casa Minha Vida, relativo ao exercício 2019. Então, tem



previsão de recurso, R\$ 577.149.000,00 para atender já aquelas obras contratadas ou obras paralisadas. Também tem recursos para danos físicos, taxa de administração e outras despesas. Então, o primeiro ponto deste novo Governo Federal em relação ao Minha Casa Minha Vida Entidades. A gente sabe que 500 e poucos milhões para o Brasil inteiro é quase nada, mas é um recurso que está vindo aí para atender algumas obras já contratadas ou paralisadas. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu estou de acordo com o nosso Conselheiro Darci Campani, já que ele é engenheiro, também pode fazer um vídeo sobre qual o resultado desse ou seja, que é de uma empresa chilena. Inclusive, fui assistir, dá para visitar, levar todo mundo lá dentro, trataram muito bem. É um processo sobre a cinza do carvoeiro. Também quero colocar que em setembro vamos fazer a Semana da Grande Cruzeiro, vai ser uma semana de debate sobre a Participação Popular em Porto Alegre, uma lei de 2007, criada pelo nosso ex-vereador, falecido, Ervino Besson. Um dos temas vai ser o Plano Diretor, o pessoal vai tentar chamar o Conselho aqui, vai ter um debate sobre qual o papel do Plano Diretor em Porto Alegre e os resultados que podem surgir nas comunidades. A nossa ideia é tentar ver se consegue também inserir o processo de regularização fundiária na Vila Cruzeiro. Nós queremos que pelo menos algumas vilas tenha resultado, pela forma que está crescendo a Cruzeiro, a região da Santa Teresa, Cristal e Glória. É o seguinte, tem que legalizar algumas vilas para a população ter segurança, porque é muito investimento em uma região com ocupação irregular, não tem nenhum resultado. Qual o futuro desse pessoal que mora lá dentro? E a Prefeitura ganha dinheiro, se a prefeitura cobrasse IPTU desse pessoal, pelo menos 20 ou 30 reais, a prefeitura ia ter resultado. E para encerrar, esta semana eu tomei posse como Conselheiro no CODENE, que é o conselho do povo negro de Porto Alegre. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero primeiro agradecer pela inversão de pauta aos colegas. Eu queria fazer um convite, que amanhã a RGP. 01 vai se reunir às 18h30min, porque nós fazemos um itinerário itinerante na região, visitando várias entidades, várias comunidades. Amanhã será no Instituto de Psicologia da UFRGS, na Ramiro Barcelos, 2600, sala 303. Será a reunião do nosso fórum de delegados e delegadas, e entidades que compõem o nosso Fórum. Segundo e mais importante, por isso que pedi a inversão de pauta, é a forma como foram desalojadas famílias da Ocupação Baronesa. Sem nenhuma autorização judicial se demole um prédio que tem o valor histórico e simbólico para região, não se sabe quem determinou, quem cumpriu, à ordem de quem. Dizem que havia um laudo feito, sem nenhuma autorização. Então, parece-me que estamos voltando à época das trevas – eu mando, eu faço, eu destruo e depois se queixem para quem quiser, para o Bispo, para o Papa ou para o vigário da Paróquia. Total desrespeito às pessoas e uma forma de resistência para cuidar de um patrimônio que estava descuidado pelo próprio poder público. Então, este Conselheiro da RGP. 01 requer, secretário, que venha a este conselho informação a quem autorizou, quem mandou, qual o custo da operação, a cópia do laudo, porque diz que havia um laudo da Defesa Civil e qual o risco que oferecia realmente, tendo em vista que havia um processo sob judice. Na linguagem mais vulgar é destruição de prova, porque inviabiliza a perícia do prédio para ver quem tinha razão nos laudos anexados ao processo e que ocasionou a reintegração de posse daquelas 10 família lá em maio e junho deste ano. Então, secretário, para mim é lamentável a atitude deste governo ou quem autorizou, quem determinou, porque as famílias não mereciam isso, estava numa resistência sem perturbar as pessoas, construindo um foco de cidadania. Elas constituíram uma cooperativa habitacional de trabalho, constituíram um centro cultural e procuravam



resgatar o prédio para a cidade, para o bairro. E foi numa tarde destruído e colocado abaixo. A história de Porto Alegre, infelizmente, veio abaixo, um prédio de 1926, quase um prédio centenário. Então, é lamentável a forma como se toma atitudes nesta cidade, sem o mínimo de respeito com este Conselho, com os conselhos envolvidos. Por fim, eu queria reiterar o pedido da RGP. 01, que a gente possa também começar a discutir a questão do Plano Diretor. Está mais do que na hora, secretário, a gente começar a discutir para evitar o que hoje está se tentando na cidade, que é construir prédio sem o mínimo critério, sem a mínima opinião da PGM, sem o mínimo critério ético, moral, financeiro, para dizer o mínimo. Eu cuido as palavras para não dizer que estamos negociando Porto Alegre, mas me lembra um conselheiro que estava neste Conselho e que dizia que Porto Alegre era uma cidade à venda. Espero que ela não continue mais à venda. Então, é importante a gente ter condições de discutir a cidade que nós queremos e para quem nós queremos, trazer o tema da regularização fundiária também a este Conselho, que é fundamental e as famílias não aguentam mais esperar. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, eu quero lembrá-los de que nós temos um processo eleitoral extemporâneo na Região Planejamento 08, que o processo foi *starteado* em função da ausência dos conselheiros da 08 neste Conselho. O Presidente encaminhou o devido o processo eleitoral e estão as etapas todas correndo de acordo com os editais publicados. Ele vai acontecer agora, na sexta-feira, dia 26, no horário das 17 às 20 horas, lá no CECORES, na Restinga. Informo também aos colegas que vai ser chapa única em função de que existiam duas chapas, a chapa 1 e chapa 2, a chapa 1 desistiu do processo face à uma documentação equivocada apresentada, eles preferiram em vez de defender a documentação apresentada, acharam melhor renunciar a chapa, aí ficou só Chapa 2, que serão nossos colegas a partir da promulgação e a publicação do resultado. Então, provavelmente dentro de algumas semanas nós teremos a complementação de todos os conselheiros aqui no CMDUA. Era essa a minha intervenção, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Muito lembrado pelo Conselheiro Gomes o processo eleitoral em curso na sexta-feira, a gente vai estar lá participando. Conselheiro Rafael, último inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, primeiro comentar a partir do que já colocou o Felisberto a questão da daquela edificação da Baronesa, que apesar de não ser inventariado, não ter nenhum nível de proteção, era um edifício com um grande potencial para receber o que aqueles movimentos estavam solicitando, de se fazer ali um projeto de habitação de interesse social em área central. A questão de unificar patrimônio cultural com habitação de interesse social, dar novo uso para edificações, principalmente edificações históricas em área central é algo salutar em qualquer cidade. Não existe sustentabilidade sem conservação. Derrubar e fazer algo novo, derrubar e fazer algo novo, talvez seja insustentável. A conservação é um dos pilares da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e a habitação de interesse social em áreas centrais é outro pilar. E aí manifestar nossa preocupação com o PLC que autorizaria a venda de próprios do município sem que haja um debate, inclusive, de avaliação desses próprios do município para usos, como habitação de interesse social em área central. Dito isso, quero convidar a todos para a inauguração do espaço do IPHAE – Instituto de Patrimônio Histórico do Estado e para o Solar do IAB, na sede do IAB, que são duas salas, que vai ser o único espaço positivo e para educação ambiental... (Inaudível). Isso foi uma iniciativa do IAB em conjunto com a Secretaria de Cultura do Estado, obviamente, com o IPHAE, com a diretora do IPHAE e a Secretária da Cultura, que estarão presentes neste evento, para a



inauguração deste espaço. Essa salas vão se chamar (Inaudível), em homenagem à arquiteta que nos deixou faz um ano e pouco, que será também homenageada no nosso Congresso Brasileiro de Arquitetos. Então, convido para essas duas e o Congresso Brasileiro de Arquitetos, que é organizado, promovido pelo IAB, o 21º Congresso... (Inaudível). O último congresso foi em 1969 e nós estamos organizando agora. Este congresso tem um diferencial, que não acontecerá em um centro de eventos. A gente vai fazer um congresso no Centro de Porto Alegre, nós já encaminhamos junto à SMAMS a solicitação para uso da Praça da Alfândega, onde a gente vai fazer uma exposição a céu aberto de projetos de arquitetura, através de edital, que vamos abrir alguns projetos, os outros são convidados. E nós vamos usar equipamentos culturais do Centro da cidade, demonstrando que Porto Alegre tem condições de receber um evento para 3, 4 mil pessoas. Uma parte desses eventos culturais será fechada para quem paga a inscrição, mas vamos oferecer uma série de atividades abertas ao público para levar a arquitetura e urbanismo ao debate da sociedade. Se a gente quer a valorização da cultura e do urbanismo a sociedade tem que reconhecer, tem que haver o reconhecimento social da arquitetura e urbanismo como tal, senão a gente fica falando de novo para nós mesmos, para nós mesmos sobre a importância e valorização da arquitetura e urbanismo, mas a sociedade não reconhece a importância da produção cultural. Na arquitetura a gente tem uma dificuldade no país, arquitetura só passa a ser vista como cultura a partir de que ela ganha idade, a partir de quando passa a ser patrimônio cultural, só quando ela ganha idade. Agora, aquilo que hoje é reconhecido como patrimônio, um dia foi produção, e que produção nós estamos fazendo hoje que será digna daqui 30, 40, 50 anos, 100 anos talvez, seja digno de ser reconhecida como patrimônio cultural? Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Parabéns pelo trabalho. Passamos, então, ao item **3. ORDEM DO DIA. ITEM 1. Expediente: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport Club Internacional. LOCAL: Av. Padre Cacique, 891. RELATOR: RGP. 02.** Temos uma inscrição do Jakubaszko para o período de Comunicações, ex-conselheiro. **Roberto Ivan Raul Jakubaszko, DETTT - Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho do Orçamento Participativo:** Boa noite a todos. Ao ouvir a fala dos membros deste Conselho dá um nó na minha cabeça, eu vejo Porto Alegre como uma cidade que estacionou com a sua população e teria tudo no momento para resolver seus problemas. Ela parece um ornitorrinco, é um belo bicho, mas é uma mistura quase indecifrável. Problemas em cima de problemas. Gente, eu vim fazer um convite a todos, eu também faço parte do Orçamento Participativo, que tem o nosso representante aqui, que é o Emerson. Na quinta-feira próxima, na Casa dos Conselhos, um debate importante por dentro da Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho, com o Secretário Cidade. Então, este Conselho está convidado a participar. É um debate, vamos discutir Porto Alegre, porque afinal de contas, isto é da nossa natureza. E segunda-feira o mais instigante dos encontros, às 10 horas da manhã, dia 29, na Casa dos Conselhos, os nove bairros que entrelaçam a Redenção vão se reunir para discutir o nosso Parque, que está com algumas dificuldades, está difícil de ser escutado, ele grita apesar dos seus duzentos e poucos anos de existência, mas este gigante começou a caminhar agora. Então, estão todos convidados, inclusive a SMAMS, Secretário. Será às 10 horas da manhã, para a gente discutir o que fazer com a nossa Redenção, porque tem acontecido muita coisa por lá e a comunidade nos questiona e a gente não tem uma definição do que realmente está acontecendo, quem mandou fazer, quem não mandou fazer. Então, segunda-feira, 10 horas da manhã na Casa dos Conselhos, um real debate



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sobre a atual Redenção. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Passamos, então, ao item 3.1 da pauta, Sport Club Internacional. Hoje temos a apresentação dos relatos de vista. ACESSO, RGP 01, 04, 05, 06,07 e SAERGS. Por favor, quem inicia? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu não fiz a vista total, porque entendi que não foram obedecidas todas as diligências requeridas. Fundamentalmente, a questão do parecer da PGM, que não está nos autos. Então, não me senti em condições de fazer o relato sem o parecer da PGM. Então, queria consultar os pares se abrimos prazo para que venha esse parecer, porque é fundamental o parecer da PGM. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Faço já o esclarecimento, Conselheiro. O parecer da PGM se dá no processo de aprovação, no projeto especial de segundo grau. Vocês podem ver que existe um parecer de aprovação desse projeto especial por meio da Comissão da CAUGE. E nessa análise que é feita a avaliação da Procuradoria Geral do Município. Então, quanto aos aspectos ali levantados eu me senti muito confortável para lhe responder com clareza, eu acho que no seu mais correto direito de solicitar os esclarecimentos. E nós, enquanto secretaria responsável pelo gerenciamento do CMDUA, para proceder todos os atos necessários para o seu bom funcionamento, que a gente consiga fazer os estabelecimentos. É neste sentido que a gente fez um parecer técnico esclarecendo todos esses pontos, inclusive, nos aspectos legais. Então, a gente tratou ali no seu pedido de vista e fez da maneira possível o esclarecimento, que é seu direito de obter. A gente, naturalmente, enquanto conselheiros aqui, como prerrogativa tem que ser possibilitado que a administração faça os devidos esclarecimentos. Isso sim, não há dúvida e nós vamos sempre trabalhar para isso, mas agora a gente pontuar este, ou aquele, ou determinado órgão, isso não pode ser a prerrogativa do Conselho. O Conselho tem que solicitar esclarecimento e a administração municipal tem que responder. Então, foi nesse aspecto que a gente fez o parecer de diligência e eu fiz a leitura na última reunião. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria primeiro fazer umas considerações. Quando a gente tenta trazer à tona essas questões de ditas irregularidades ou desconformidade no processo, parece que a gente sempre é visto como alguém que quer complicar, quer atrasar, mas eu queria dizer, inclusive, em respeito aos profissionais presentes aqui, que a nossa preocupação é primeiro pela transparência do processo, pela legalidade e também para que mais tarde esse processo não pare novamente por algum questionamento. Eu insisto que tem várias irregularidades, mas eu acho estranho, Secretário, a sua colocação, porque no processo a CAUGE por várias vezes adiou a reunião da CAUGE esperando um parecer da PGM e o processo foi encaminhado à PGM para prestar um parecer que não foi anexado ao processo. Então, tem alguma coisa, tem algum problema. Isso eu nem ia falar, é só em consideração ao que o Colega Felisberto falou. O que eu queria dizer, que também não me senti satisfeito, eu havia pedido um esclarecimento ao DMAE. Em relação ao DMAE foi anexado um documento que estaria anexo o Volume 1, pelo que entendi é outro processo, só que esse documento não tem numeração, não tem numeração de página e nem numeração. Quer dizer, é um documento que foi feito em algum momento lá pelo DMAE. O mais grave, isso aí não é problema, ele foi anexado, tudo bem. O mais grave, ou não é grave, mas o que tem que se considerar é que existe um parecer do DMAE de que ele perdeu a validade há mais de um ano, as diretrizes do DMAE que falam do Estudo de Viabilidade Urbanística... Eu poderia até ler aqui, se o senhor me permite e se eu achar. Posso ler um parágrafo? Eu já tinha referido anteriormente que o parecer



anexo ao processo, e anexo ao processo é o que vale. Eu queria esclarecer aos colegas que não adianta nós tratarmos aqui de uma coisa que não está documentada no processo, nós somos responsáveis inclusive civilmente pelo o que estamos aprovando. Então, o parecer anexo ao processo do DMAE fala do Parque Gigante para uma população de 70 pessoas, eu já fiz essa consideração numa reunião passada. Então, foi solicitado um esclarecimento, uma diligência ao DMAE, que eu vou ler agora: “Considerando ainda que após a solicitação de diligência desse Conselheiro foi anexado ao processo cópias de um documento do DMAE sem identificação de estar anexado em algum processo que trata das diretrizes a serem fornecidas ao empreendedor. Entretanto, conforme consta do próprio documento, o prazo de validade das diretrizes encerrava-se em 15 de março de 2018. Portanto, há mais de um ano, como segue. Esta diretriz possui 2 anos de validade, a contar desta data e poderá ser modificada pelo DMAE sempre que as condições técnicas do local forem alteradas”. Secretário, eu digo isso não para complicar, mas eu vou continuar. Este fato é mais um motivo de preocupação a partir do depoimento do Diretor Geral do DMAE desta administração, desta gestão, que esteve aqui no Conselho e fez graves ponderações, gravíssimas ponderações, onde foi dito que o sistema de tratamento de água e sua distribuição está entrando em colapso e que algumas ondas da cidade sofreram cortes da água em 2018/2019 para que outras pudessem ser abastecidas. Inclusive, ele disse textualmente que a Mont’Serrat chegou a sofrer corte, quando a comunidade da Lomba estava presente aqui reclamando com toda a justiça. Ele para justificar o a falta de água na Lomba do Pinheiro disse: “Não, nós cortamos inclusive do Bairro Mont’Serrat para que pudesse encher as caixas das outras zonas mais altas. Então, nesse sentido a falta de um parecer atualizado e adequado do DMAE parece que compromete o andamento desse processo. Mais uma vez eu queria esclarecer e deixar bem claro e objetivo, a nossa preocupação é com a clareza e a legalidade desse processo.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. Eu me sinto no dever de esclarecer também quanto ao aspecto legal da validade das diretrizes. As diretrizes são emitidas e são válidas até o ingresso da próxima etapa. Então, com o ingresso da etapa subsequente, aquelas diretrizes seguem válidas até a sua aprovação, isso está previsto no Plano Diretor, assim como a validade do Estudo de Viabilidade Urbanística, se tu entras com etapa de projeto, o EVU tem uma validade, por exemplo, de um ano e meio e entrando a etapa de projeto fica garantida a análise da legislação vigente à época. Então, nesse mesmo sentido sempre quando as diretrizes são emitidas se ingressa com as etapas, se não é indeferida a etapa segue válida, naturalmente como um princípio de segurança jurídica no processo. Naturalmente que essa análise mais aprofundada com relação das redes, vai ter que ser aprovado um projeto lá no DMAE. Agora, aqui nós estamos analisando aspectos urbanísticos, da natureza de Plano Diretor da cidade, depois os projetos complementares nas etapas de projeto, necessariamente, assim como a licença ambiental, muito específica vai ter que ser bastante trabalhada. Esse Estudo de Viabilidade Urbanística não dá qualquer direito ao interessado, sob maneira, o que vai dar direito para ele é o projeto arquitetônico aprovado e licenciado. Aqui nós analisamos os aspectos urbanísticos de cidade, o que queremos, plano diretor, não queremos, enfim. Essa é a discussão que se faz, por isso que a gente junta ali no pedido de diligência a aprovação por parte do DMAE. Tem uma técnica com responsabilidade técnica que aprovou e o Estudo de Viabilidade Urbanística. Nesse sentido, mas consigno a sua compreensão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria esclarecer que conforme a legislação atual o EVU dá direito sim, inclusive teve



vários casos. Ele não dá direito à construção, mas ele dá direitos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso é uma questão bem clara do direito, o que gera um direito ou não. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O senhor afirma que o EVU não dá direito? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não dá direito. O Estudo de Viabilidade Urbanística não dá direito, é uma discussão muito profunda do Direito Administrativo e ele não gera direito. Ele pode ser modificado, o que vai dar direito é a aprovação e licenciamento do projeto arquitetônico. O EVU é um aspecto de cidade, de discussão. Assim como a licença prévia não dá direito e, necessariamente, é na etapa posterior, onde tem que ser feito o aprofundamento daquele debate. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só um esclarecimento deste ponto, Germano. Tu disseste que tem uma técnica que é responsável, assinou as diretrizes pelo DMAE. É textual e literal que ela declara no final das diretrizes que a validade é de 2 anos. Então, a informação que ela diz é totalmente distinta. Aí eu fico na dúvida, eu confio na informação de quem? Daquela que está escrita no processo, nas diretrizes ou na informação que tu estás me passando agora? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, tu confias na informação que está aprovada, aprovada com a assinatura do técnico do DMAE. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ela diz que venceu no ano passado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A diretriz é uma etapa muito inicial do processo, é a primeira etapa do Estudo de Viabilidade Urbanística. São as diretrizes, elas são dadas e, naturalmente, elas têm uma validade, até o ingresso da etapa subsequente. Naturalmente, se estivessem vencidas aquelas diretrizes, a técnica não poderia aprovar o Estudo de Viabilidade Urbanística na etapa subsequente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Fica uma informação tão equívoca para a gente, que, na verdade, não é conhecedor dos procedimentos, às vezes a gente não consegue entender. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por isso o meu papel aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A emissão foi em 15/03/2016, 2 anos de validade, venceu... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Até o ingresso da etapa subsequente, mas isso é do aspecto legal. Eu me sinto na obrigação. A senhora tem todo o dever de trazer este questionamento, porque tem dúvidas em relação ao processo e a minha obrigação enquanto administração é tentar esclarecer e consignar em ata essa informação. De fato, assim como o Estudo de Viabilidade Urbanística tem um prazo de validade, no entanto essa validade para de correr a partir da etapa subsequente. Princípio de segurança jurídica, previsto nos artigos 159 e seguintes do Plano Diretor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu tenho uma dúvida, é uma dúvida que eu tenho da última reunião, a partir de manifestações da Presidência, a respeito do da condução das diligências. Eu tinha um entendimento até então, durante todo esse período que eu estou no Conselho de que as diligências deveriam ir às secretarias afins, órgãos afins. Eu vendo no capítulo 3 do nosso regimento, no artigo 10, parágrafo único, diz o seguinte: “Somente serão aceitos pedidos de diligências aos órgãos municipais que estão vinculados às pautas ora tratadas”. O Felisberto coloca a questão da PGM, que está vinculada à pauta ora tratada. E pelo que eu



entendo aqui, se aceito o pedido de diligência, que tem um critério que deve ser autorizado pela maioria simples do plenário e foi autorizado pela maioria simples do plenário. Então, eu não vejo por que não ir à PGM, no caso se fosse outro também. Mesmo que às vezes a gente saiba até da manifestação, eu conheço a manifestação desse processo da PGM. É no mínimo uma vez bem claro, o que diz o Procurador Marisco sobre as questões que estão sendo colocadas e que se renovam a respeito deste casamento que existe entre (Inaudível) e o que estamos tratando, também a legalidade dele, que se dará somente quando houver a votação na Câmara de Vereadores. É muito claro isso e ninguém tem a menor sombra de dúvida. Então, porque não vai à PGM, se tem essa previsão, se é um pedido do Conselheiro? Realmente, por todos os processos que já passaram por aqui, que nós mandamos para diversas e diversas secretarias, por que não foi atendido nesse momento esse pedido? Pela minha interpretação tem tudo a ver aqui no artigo 10, é um direito do Conselheiro. E eu me sentiria muito contemplado se fosse, porque eu também tenho alguma dúvida, apesar do seu esclarecimento da ordem das coisas. O que estamos discutindo aqui são condicionantes, que realmente vão ter efetividade quando da aprovação de projeto, eu entendo bem essa compreensão, mas se não tivesse os condicionantes aqui, discutidos e aprovados por nós, que, na verdade, a gente vai sugerir a homologação ao prefeito daquilo que a CAUGE nos colocou. Então, nós estamos colocando, digamos assim, na reta final para que haja a homologação concreta daquilo que a CAUGE desenhou. É claro que durante o processo de aprovação pode ser diferente, mas não é. O que acontece, garantidos esses condicionantes, o autor do projeto, o proponente, o empreendedor, vai querer no mínimo aquilo que batalhou até agora, que passou pela CAUGE, foi homologado por nós e ali está gerado de certa forma e objetivamente um direito para o empreendedor. Então, uma dúvida que a gente tem hoje, que a gente fica um pouco assim, pô, a Câmara de Vereadores ainda está discutindo, o PL não está nem na comissão de justiça e tal, não foi pautado ainda, ficou para o segundo semestre. Houve uma substituição à questão de dezembro, que tinha outra lei, a lei anterior e essa lei. Quem lê esta lei vê que tem diferença. Existe para quem conhece e foi ver o PL anterior, foi ver esse PL de agora, que eu acredito que o Felisberto fez isso, como eu fiz, a gente fica com certa instabilidade. Creio que isso só vai se transformar em lei lá quando aprovado pela Câmara de Vereadores, mas, na verdade, nós já estamos passando o cheque agora. Ninguém vai fazer. Se a Câmara ir contra tudo bem, morreu! Agora, se não, a gente fica numa situação do que estamos aprovando agora? Por que estamos deliberando agora? No mínimo que fosse à PGM e a PGM dissesse que é assim, peremptoriamente, baseado nisso, nisso e nisso. É nesse sentido que eu que eu vejo de fundamento o pedido do Conselheiro Felisberto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Gomes, quanto aspecto do procedimento, e o senhor deve ter lido é o relatório de diligência que a gente fez. Ali está transcrito muito bem os aspectos legais das possibilidades das etapas serem condicionadas a posterior. O senhor sabe, que trabalha como responsável técnico, em alguns casos Minha Casa Minha Vida, necessariamente, a gente condiciona a aprovação para além da etapa posterior de projeto. Isso está previsto no Plano Diretor, é uma prerrogativa da administração fazer essa avaliação de alteração, de regime, em algumas situações por meio do EVU e condicionar para a etapa posterior. O procedimento padrão estabelecido no nosso Decreto 18.623, que trata do processo administrativo, em consonância com o próprio Plano Diretor da cidade discutindo com a comunidade como um todo. No aspecto da Procuradoria Geral do Município, eu me sinto bastante à vontade para responder os questionamentos levantados, porque eu enquanto



Procuradoria Geral do Município representei e era o representante da Procuradoria junto à comissão da CAUGE na análise. Então, se vocês forem verificar, a aprovação do projeto da CAUGE, o representante da Procuradoria é este Presidente. Eu me sinto muito à vontade, essa análise do aspecto legal da possibilidade de se fazer ou não, eu fiz enquanto representante da Procuradoria Geral do Município, na área do direito urbanístico e ambiental. Então, é nesse sentido que eu me sinto bastante à vontade e não há nenhum problema de a gente consignar todas as questões em ata, e de responder a todas essas dúvidas, porque eu tenho bastante clareza. O senhor bem sabe que a gente trabalhou muitos anos, aqui a experiência me dá bastante clareza dos procedimentos e do aspecto legal, da responsabilidade subsequente. Então, é nesse que me sinto na Liberdade e no compromisso de responder todas as dúvidas. Eu acho que os conselheiros têm a prerrogativa de sim levantar todas as dúvidas, mas eu, enquanto Presidente deste Conselho, tenho obrigação de respondê-las, de não deixar nenhum questionamento no ar. Eu acho que é nesse sentido que a gente tem que sempre tentar trazer o esclarecimento, por isso que a gente vem qualificando a equipamento do Conselho do Plano. Recentemente, indicamos mais um colega da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade para ajudar nesses processos, quando vem das comissões fases esses esclarecimentos, fazer um mapeamento, fazer um desenho com uma explicação técnica daquilo que está tramitando aqui, para gente ter sempre a maior clareza possível nos processos, nos procedimentos e votar com tranquilidade e sabedoria. Eu acho que é isso que a gente quer, este Conselho é de extrema importância para as discussões da cidade, é o Conselho do Plano Diretor, é o Conselho que discute as políticas macro. No processo agora de revisão do Plano Diretor quero contar muito com a contribuição deste Conselho para gente debater as pautas importantes da cidade. Então, é nesse sentido que eu me sinto muito à vontade e com compromisso de responder e esclarecer todas as dúvidas levantadas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Neste aspecto, então, relacionado ao encaminhamento da PGM, eu vou ler parte do que eu escrevi, que vai de encontro, na verdade, com o que eu Conselheiro Gomes está falando: “Abalizado por este plenário, com anuência do relator, em estrito cumprimento ao regimento interno, foram requeridas diligências pelo Conselheiro Felisberto direcionadas à PGM, SMAM, IPHAN e Câmara de Vereadores, e pelo Conselheiro Hermes ao DMAE, sendo aprovados as diligências pela maioria do plenário. Cumpre que na última sessão, em 16/07/2019 vieram os retornos conforme leitura efetuada pelo Presidente da Mesa, Secretário Germano. Contudo, para nossa surpresa ao verificar o documento lido vê-se que em nada se procedeu conforme o requerido pelo Conselheiro e aprovado pelo Plenário. O encaminhamento repise-se era direcionado a PGM, SMAMS, IPHAN, Câmara de Vereadores e DMAE. Nesse sentido, aliás, a própria pauta, ainda que minimamente, registra: Pedido de diligência - PGM, DMAE e SMAMS. Contudo, a manifestação trazida ao plenário é firmada pelo próprio presidente da mesa e o engenheiro Gabriel Dornelles em verdadeira usurpação de competência e desvirtuamento da diligência proposta. Não olvidamos que o Secretário até recentemente ocupava a função de assessor jurídico da PGM, entretanto alçado à condição de Secretário da SMAMS não mais responde por aquele órgão. Não temos dúvida que dado seu conhecimento, possa contribuir no andamento dos trabalhos e esclarecer procedimentos/fatos. No entanto, não lhe é dada competência para emitir parecer ou subverter/interpretar, a seu critério, diligências direcionados a outro órgão. Expôs o Secretário o seu entendimento correlacionado a questão no que diz respeito a ausência de lei autorizativa de aprovação do EVU nos moldes em que requerido pelo empreendedor.



528 Numa leitura, por certo isolada e equivocada da lei, alega que o EVU tem apenas por
529 finalidade analisar a viabilidade urbanística do empreendimento, não gerando qualquer
530 direito ao interessando, o que vem sendo repetido neste plenário quase como um mantra.
531 Contudo, como atestar que algo é viável que não seja com base na legislação vigente.
532 Aliás, o próprio artigo 1º do decreto (18.623/2014) citado pelo presidente/secretário
533 preceitua: ‘O processo administrativo referente à aprovação, licenciamento, obras, vistorias
534 prediais, numeração e manutenção das edificações, obedecerá ao disposto neste
535 Decreto, observando as normas edilícias e as demais legislações vigentes’. Assim, se não
536 há lei autorizativa como pode ser aprovado??? Pode a condicionante ser considerada a
537 criação de uma lei?? É a lei que deve se adequar ao projeto, ou o projeto que deve estar
538 adequado à lei??? Utilizar-se do entendimento ou do “condicionamento” de que lei
539 posterior submetida à Câmara de Vereadores autorizaria o pedido, que hoje não encontra
540 amparo legal, é verdadeira subversão à ordem. Equivocado, portanto, não só o
541 entendimento adotado como o fato de que não ter sido dado andamento à diligência,
542 conforme definido pelo plenário (PGM). Ratificando a necessidade de oitiva da PGM, veja-
543 se que no PARECER nº 052/2019 da CAUGE não houve manifestação da PGM; não
544 constando também a presença de seus membros”. Embora o Secretário diga que ele
545 estava presente, a ata está aqui, o parecer não tem assinatura e não tem presença. Então,
546 independente do posicionamento e entendimento do Secretário que se sente à vontade de
547 nos dar as explicações, nós temos procedimentos e a segurança jurídica nos impõe que o
548 procedimento seja cumprido. Se foi requerido e encaminhado à PGM, a PGM deve se
549 manifestar. Só neste ponto, depois eu continuo o resto do meu parecer. **Germano Bremm,**
550 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
551 Eu sugiro que a gente coloque em votação, entendendo os conselheiros que não está
552 esclarecido o pedido de diligência, não sendo suficientes esses esclarecimentos a gente
553 coloca em votação e submete à Procuradoria. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
554 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** APARTE. O
555 senhor entendeu que se trata de uma ilegalidade, não é uma questão de votar ou não. Até
556 podemos votar, mas é uma ilegalidade. O senhor entendeu isso? **Germano Bremm,**
557 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
558 Não vejo como ilegalidade. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
559 **Humanos - ACESSO CDH:** Já não respeitou o nosso andamento, agora quer votar o
560 andamento. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado**
561 **do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O parecer do DMAE, de 2016, que venceu em 2018.
562 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
563 **Sustentabilidade - SMAMS:** Este parecer é bastante claro na etapa de diretriz. **Adroaldo**
564 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:**
565 Presidente, eu gostaria de fazer um comparativo primeiro, antes de qualquer tipo de
566 votação ou encaminhamento. O relator levou 23 dias para um relato objetivo. Hoje a vista
567 está levando mais de 25 dias, mais o tempo da diligência. Eu vejo que nós estamos, ou
568 não conseguindo entender o processo, ou está havendo dificuldade para a gente fazer um
569 bom encaminhamento para este processo aqui. Então, eu coloco como relator, tentando
570 ajudar a “desenotar”, porque não é possível que haja tanta dúvida. A gente está aqui e
571 quer ajudar não só a cidade, mas fazer com que o Conselho se mantenha com uma boa
572 postura, como sempre tivemos. Então, eu gostaria de solicitar mais uma semana para que
573 a gente possa refletir e talvez tirar algumas dúvidas, porque não são todos que têm
574 dúvidas. Então, mais uma semana para consultar novamente o processo, para que a gente
575 consiga chegar a um consenso mínimo. E ver, sanar a dúvida, ver quem tem dúvida, onde



está o problema e resolver a questão pontual. Não podemos parar um projeto deste tamanho aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** vamos pedir que quando um estiver falando que os outros façam silêncio, porque estamos sem microfone para poder captar, a colega aqui me solicita. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Quero ler meu relatório. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Adroaldo, acho muito adequada a sua manifestação, de fato o processo já está com bastante tempo neste Conselho. Quando eu ingressei enquanto secretário já estava pautado. A minha tentativa sempre, enquanto representante da Secretaria de meio Ambiente, Presidente deste Conselho, é que todos os esclarecimentos sejam efetuados. Eu estou sempre à disposição e a tentativa da equipe técnica da gente elucidar, conversar. Eu acho que este é o nosso papel, o meu esclarecimento em relação ao pedido de diligência é justamente por ter a experiência e a oportunidade de tirar todas as dúvidas. Mais algum conselheiro inscrito? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu só quero ler meu relatório. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu só quero dizer que o Parecer 052/2019 é bem claro no início do seu texto: “A Comissão de Análise Urbanística de Gerenciamento – CAUGE, em reunião de 24/04/2019 de abril de 2019 aprova EVU. O empreendedor deverá firmar Termo de Compromisso com o município, o qual é condicionante para o licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento, prevendo as medidas mitigatórias aprovadas no EVU. Para minutar o Termo de Compromisso serão necessários: matrícula atualizada...” todos aqueles requisitos essenciais. **E por que eu pedi para a PGM?** Como muito bem falou a Claudete, na análise deste documento não estava presente a PGM. É por isto que este conselheiro requereu, **se havia concordância com aquilo que tinha sido aprovado, porque não tem a presença dos dois membros da PGM, nem manifestação.** Então, é o cuidado que a gente deve ter quando se faz um documento e que são requisitadas medidas mitigatórias. É contra um parecer que tem aqui Então, pessoal, é o cuidado que a gente deve ter e eu acho que este Conselho tem responsabilidade sim, pode parecer para alguns um exagero jurídico. Quero pedir desculpas ao Adroaldo, se feri a sensibilidade dele, não foi o intuito, ele pode analisar, mas ele não tem todo o conhecimento jurídico necessário para analisar a peça. E é fundamental o parecer do MP... Da PGM. É que o MP também requisitou o processo para verificação. Isso é outro aprovar, mas a PGM não se manifestou. Então, este conselheiro teve cuidado nesta vista e não se sentiu contemplado, é um direito que eu tenho como conselheiro, é isso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu retomaria o encaminhamento sugerido pela Presidência, colocar em votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em não sendo suficientes os esclarecimentos prestados, a gente coloca em votação o envio à Procuradoria. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Mas já não foi votado? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi votado, a gente entendeu que foi feito um esclarecimento, em não havendo não há o menor problema deste Conselho renovar a votação e encaminhar este pedido de diligência. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não encontro nenhum motivo para a gente reprisar uma votação que já foi feita neste plenário. Eu já fui diretor do DMLU, se tiver algum parecer que seja do DMLU eu falo aqui e está acabado, se tiver algum parecer do setor que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

624 Hermes chefiou aqui no Planejamento também está acabado, o Gomes também já
625 participou da SMOV, também se tiver que ir para a SMOV o Gomes pode... Então, não
626 vejo porque a gente votar o que já foi votado neste plenário. **É só respeitar o que foi**
627 **votado. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
628 **Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, a gente faz o encaminhamento para a PGM,
629 não há nenhum problema, é nosso dever a gente informar e esclarecer, senão é suficiente
630 a gente encaminha e não coloca em votação, renovamos por mais uma semana o pedido
631 de diligência, até que venha o esclarecimento da PGM. Passamos ao Item **3.02.**
632 **EXPEDIENTE: 18.0.0000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre.**
633 **ASSUNTO: Valores do Solo Criado. LOCAL: Município de Porto Alegre. RELATOR:**
634 **ÁREA.** Relato de vista da Claudete. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
635 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. O
636 Conselheiro Hermes há algumas semanas pediu cópia de um processo que ocorreu aqui
637 na Secretaria e que parece que resultou em algumas demissões. Eu na reunião passada
638 pedi um parecer da PGM sobre a questão da aplicação da lei de responsabilidade sobre os
639 membros deste Conselho. Então, eu acho que nós vamos ter que em todas as RSS repetir
640 essas solicitações até que sejam atendidas. Não sei se tem algum encaminhamento
641 concreto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
642 **Sustentabilidade - SMAMS:** Este Conselho está vinculado a solicitações de diligências ou
643 esclarecimento dos demais órgãos aos processos aqui pautados. A Conselheira Claudete
644 quando levantou eu não estava na reunião, cheguei na sequência. Essas questões em
645 relação ao relatório da sindicância do processo das pessoas, enfim, não é competência
646 deste Conselho. O Conselho está regrado lá no art. 37, do Plano Diretor, ele discute os
647 aspectos de cidade, urbanísticos, neste sentido. Então, qualquer interpretação ou
648 solicitação diferente disto foge da competência do nosso Conselho e a gente não
649 consegue exigir que a Procuradoria ou que qualquer outro órgãos faça algum
650 esclarecimento pontual, que não o aspecto urbanístico, de cidade, competência regradada
651 pela Lei Complementar nº 434. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
652 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, assim como eu fiz a solicitação formal.
653 Então, vou pedir que a Secretaria responda formalmente para mim este questionamento,
654 que não é da nossa competência analisar os processos e procedimentos e andamentos
655 dos expedientes aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
656 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** perfeito, conselheira. A gente responde sem
657 dúvida. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
658 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A questão da lei de responsabilidade dos conselheiros
659 é de competência do Conselho saber. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
660 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente encaminha e lhe
661 responde. Relato da conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
662 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, eu quero trazer um questionamento. Eu
663 conversei com o Cláudio a respeito da minha dúvida e pediu que eu submetesse, porque
664 tu és conhecedor... Desculpa pelo “tu”. Tu és conhecedor da matéria. Nós estamos
665 avaliando a questão da atualização dos valores do dolo criado por ser da nossa
666 competência, isso não há dúvida. A minha pergunta no sentido de se é da nossa
667 competência e essa atualização está sendo feita com base na legislação antiga, não é com
668 base na legislação de 2019. Em que casos e quais os efeitos jurídicos e fiscais que nós
669 vamos aplicar essa atualização? Por que a pergunta? Porque tem tramitado no Judiciário
670 pedidos de ação de repetição de indébito. Para quem não sabe o que é uma repetição de
671 indébito, é que eu fiz um pedido, paguei, entendi que paguei a mais e eu quero este meu



valor de volta, relacionado exatamente com os valores do solo criado. A discussão, na verdade, é tendo em vista o decreto que era vigente, na verdade, e a lei que diz que deve ser considerada a data do requerimento. Neste sentido, se eu vou considerar a data do requerimento, fazendo a atualização desses valores, eu não vou aplicar esse valores agora, porque eu já tenho uma lei nova vigendo. Então, a minha preocupação, e eu gostaria de saber, é quais são os efeitos jurídicos e fiscais desse encaminhamento, porque eu posso estar gerando aqui também um passivo para o município, que segundo a gestão não teria condições. Então, é nesse sentido que eu trago o questionamento. O Cláudio não soube me responder e pediu que eu submetesse esse questionamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O aspecto da lei nova aprovada, ele traz na fórmula de cálculo a mesma metodologia aprovada por este Conselho. Ela ficou replicada no aspecto da nova legislação, a fórmula de cálculo aprovada. Então, a diferença de valores não há nenhum problema nesse aspecto, porque foi aprovada lá trás, em 2001, e se repetiu nesta nova lei em função de que o estatuto da cidade determina que a fórmula de cálculo esteja prevista em lei. Então, não há nenhuma irregularidade em relação a isso. A demanda tem que necessidade de se encaminhar para este Conselho a revisão dos valores, ela veio do próprio Tribunal de Contas, que cobra da administração pública, existe um apontamento de que tem que se avaliar. Eu acho que houve algumas tentativas de encaminhamento aqui para o Conselho, mas por falta de esclarecimentos, os processos não foram pautados ou foram e voltaram, foram negados, enfim. Esses valores não foram reavaliados no aspecto da lei e, recentemente, veio o apontamento do Tribunal de Contas, sob pena de responsabilização do gestor. Nesse sentido, conforme explicado pelos técnicos da Secretaria da Fazenda, com uma qualidade técnica muito significativa, junto com o pessoal da UDRE, tentaram esclarecer como se dá essa fórmula de cálculo, como que se chega nesses valores. Então, após a aprovação deste Conselho, necessariamente é submetido ao prefeito para homologar, após a homologação essa nova tabela vai vigor e vai revogar a tabela anterior, que está publicada junto com o decreto, ela vai ser renovada. E para as próximas situações, necessariamente, só se modifica o prazo, porque antes a gente tinha um prazo de 6 em 6 meses para ser encaminhado para o Conselho para reavaliação, mas por uma realidade de inflação do ano, da legislação, que é de 93, esse prazo se modificou para 2 em 2 anos e se inseriu uma atualização automática, que antes não se tinha essa atualização automática, ela se misturava um pouco com a reavaliação. E empresa cumprir os requisitos legais a gente colocou essa atualização automática, com índice de correção normal e a reavaliação de 2 em 2 anos, porque a realidade de inflação se modificou. Então, é nesse sentido que houve o encaminhamento e os esclarecimentos dos colegas do município. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, assim, a minha pergunta, Germano, é: eu vou pegar esta atualização que nós estamos avaliando aqui, e eu entendo perfeitamente que é uma determinação do Tribunal de Contas, mas isso é uma questão pró-forma, na verdade. Então, eu vou pegar esta atualização feita pela lei antiga e aplicar na lei nova. É isto? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A metodologia é a mesma, é só o tempo de passagem neste Conselho. Pela nova legislação a gente não passaria neste Conselho, nós passaríamos só há 2 anos, mas como estava represado desde 2016, que foi a última vez que passou, mesmo com a vigência da nova lei, mandando que se passe em 2 anos, a gente passou agora neste Conselho para resolver o passivo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Aí eu fico preocupada com os efeitos



jurídicos disso. Eu tenho uma lei atual vigendo e uma atual, que, na verdade, está revogando o que tínhamos anteriormente e que fala de uma atualização, que é anual, na verdade, e eu vou aplicar uma atualização no meio de uma lei que está vigente. Por isso que a minha pergunta é: quais são os efeitos? Até porque no Judiciário está demandando várias ações com relação a essa repetição de indébito. Então, quero saber os efeitos jurídicos e fiscais nesse sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nenhum. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** No meu entendimento nós fizemos uma atualização, foi promulgada pelo Tribunal de Contas, mas se não fosse provocado pelo Tribunal de Contas, nós temos o dever de fazer, da prefeitura encaminhar para nós, como encaminhou, dentro daquela dinâmica de 6 meses que não é cumprida há muitos anos. Isto sempre foi um grande problema da administração encaminhar para o Conselho a cada 6 meses. Segunda questão importante, a gente fazendo a avaliação, aprovando ou não aprovando, nós vamos estabelecer uma data até para correr a próxima lei que não está vigendo ainda. Quer dizer, não está regulamentada. Tu podes chegar no balcão da prefeitura para comprar o metro, mas não vai comprar porque não tem, porque não está regulamentado. Ou seja, a lei, 300m eu compro, 250m eu compro, porque isso é da lei anterior e está regulamentada, é o que vale na prática. A lei nova não está regulamentada, tu não compras os mil metros quadrados pela nova lei, tem que ser regulamentada e esse nosso marco é importante para começar a contar os 2 anos. Aprovando agora a nova lei vai ter uma data parâmetro para fazer essa cronologia necessária. É o meu entendimento. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Obrigada pelo esclarecimento, Gomes. Então, vou te perguntar, o marco vai ser da lei que está vigente? Porque ela está vigente, ela pode não estar regulamentada, porque a vigência é na data da publicação, está vigente a lei, não é regulamentada e o marco para atualização vai ser da lei ou vai ser da nossa? Eu acho que não, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O conselheiro faz outros esclarecimentos em relação ao ponto... **(Falas concomitantes).** **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou pedir o repeito um pouquinho, Maristela... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tu és chata mesmo! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu posso ser chata, mas eu que nós temos que ter respeito. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tu não dás oportunidade para ninguém falar. Tu te achas a rainha da sabedoria! **(Falas concomitantes).** **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, conselheira. Eu vou lhe pedir que escreva... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Era um pedido de vista e era esclarecimento, Secretário. Eu gostaria de um pouco mais respeito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, até para não ficar esse debate, eu acho que sim... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está esclarecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, está esclarecedor, sem dúvida. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Só tem, Gomes, que é outro chato! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente mantém o período para uma única vez haver a oportunidade da fala. Não vamos



ficar neste rebate, que eu acho que fica muito desgastante. A gente faz uma fala e o esclarecimento, senão fica indo e voltando. O Aparte eu acho que a gente tem uma única vez. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não existe Aparte com falta de educação, Secretário. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tu é muito educada!, Bah! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a senhora vai fazer seu relato? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não. Na verdade, eu tinha essa dúvida que eu gostaria de esclarecer. É isso que eu estou tentando esclarecer, eu pedi vista porque eu não venho aqui para votar sim ou não e fazer de conta, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Eu acho que está bem esclarecido. A gente vem tentando ao longo deste atual processo, também bastante longo, a nossa tentativa de esclarecer e a senhora está no seu direito de consignar a sua inconformação. Colocamos o processo em votação. Votos favoráveis à aprovação dos valores do solo criado, por favor. (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenção? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Os outros dois processos da pauta serão distribuídos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu não gostaria de deixar passar em branco, eu acho que a Conselheira se exaltou, eu também já me exaltei várias vezes. Isso é normal e eu acho que faz parte da discussão ferrenha de defender. Agora, começar a chamar de chato, eu acho que isso já é um exagero. Pode se exaltar, pode fazer cara feia, tudo, agora, ofender. Para mim a Conselheira Claudete é a que mais usa justificativas, que podem não concordar, mas é a que tem pareceres dos mais complexos... (Falas concomitantes). Ela não é prolixa, mas são pareceres... Vamos ler os pareceres lá do Supremo Tribunal Federal para ver o que é um parecer prolixo. Então, eu me sinto agredido também, eu acho que a Conselheira se passou e seria bonito se pedisse desculpa, mas eu sei que não vai pedir. Obrigado! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu também quero. Eu osso muitas vezes não concordar com o parecer da Claudete, mas respeito muito o estudo que ela faz, ela é uma conselheira que tem o cuidado devido e deve ter todo o respeito de todos os conselheiros. Principalmente em se tratando de conselheira para conselheira. Então, para mim é fundamental o respeito, podemos não concordar, mas se agredir e chamar alguém de chata, olha, é uma agressão. E quero dizer, Claudete, parabéns, continue sendo assim como tu és, porque só orgulha este Conselho. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Grato, Senhores Conselheiros. Encerrado. **ENCERRAMENTO: 19h45min.**

Germano Bremm**Presidente**

Secretária Executiva**Relatora****Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**